



NOTA DE ADMISSIBILIDADE

Petição Nº 232/XIV/2.ª

ASSUNTO: COVID-19 - Aumento do apoio escolar para o ensino básico nas disciplinas de Português e Matemática

Entrada na AR: 05 de abril de 2021

Nº de assinaturas: 1

Peticionária: Andreia Alexandra Simões Neves de Melo

Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto

Introdução

A [petição nº 232/XIV/2.^a](#), com um único subscritor, deu entrada na Assembleia da República em 05 de abril de 2021 e foi recebida na Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto no dia 20 de abril, na sequência de despacho do Vice-Presidente da Assembleia da República.

I. A petição

1. A peticionária solicita que, na sequência da pandemia, haja um aumento do apoio escolar para o ensino básico nas disciplinas de Português e Matemática.
2. Fundamenta a petição nos termos seguintes:
 - 2.1. O contexto da pandemia tem tornado difícil a aprendizagem dos conteúdos escolares;
 - 2.2. A maioria dos alunos, particularmente os mais jovens, não conseguiu acompanhar e aprender as matérias previstas durante o período de encerramento das escolas e ensino à distância;
 - 2.3. Há necessidade de aumentar o apoio escolar para o ensino básico nas disciplinas de Português e Matemática, para a correta recuperação das aprendizagens, tendo em vista minimizar o impacto de curto e médio prazo das perdas verificadas.

II. Enquadramento

1. O objeto da petição está especificado e o texto é inteligível, encontrando-se identificada a subscritora, estando também presentes os demais requisitos formais estabelecidos no artigo 9.º da Lei de Exercício do Direito de Petição/LEDP, [Lei nº 43/90, de 10 de agosto](#).
2. Entende-se ainda que não se verificam razões para o indeferimento liminar da petição, nos termos do artigo 12.º da LEDP – pretensão ilegal; visar a reapreciação de decisões dos tribunais, ou de atos administrativos insuscetíveis de recurso; visar a reapreciação de casos já anteriormente apreciados na sequência do exercício do direito de petição, salvo se forem invocados ou tiverem ocorrido novos elementos de apreciação; apresentada a coberto do anonimato e sem possibilidade de identificação das pessoas de que provém; carecer de qualquer fundamento.
3. Consultada a base de dados da atividade parlamentar, não foram localizadas outras petições sobre a mesma matéria, mas está em apreciação na Comissão a seguinte iniciativa sobre matéria conexa, com recomendações ao Governo:

- 3.1. [Projeto de Resolução n.º 1184/XIV/2.ª \(BE\)](#) – Recomenda ao Governo um investimento robusto na educação no âmbito de um plano de recuperação de aprendizagens e do desenvolvimento pessoal e social dos alunos.
4. Por outro lado, os efeitos do ensino à distância, a recuperação das aprendizagens e as medidas a tomar têm vindo a ser equacionadas em várias audições, a saber:
 - 4.1. Da equipa de investigação do [estudo “Crianças em Portugal e ensino a distância - um retrato”](#), realizada em 16/3;
 - 4.2. Do [Ministro da Educação](#), realizada em 30/3;
 - 4.3. De [vários especialistas](#) (um responsável da OCDE, a Presidente do Conselho Nacional de Educação e autores de um artigo e 2 trabalhos sobre a matéria), agendada para 7/5.
5. A matéria objeto da petição insere-se em primeira linha no âmbito das competências do Governo e do Ministro da Educação em particular, ao abrigo do disposto no artigo 25.º da [Lei de organização e funcionamento do Governo](#). No entanto, “compete à Assembleia da República, no exercício de funções de fiscalização, vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis e apreciar os atos do Governo e da Administração”.

III. Proposta de tramitação

1. Face ao enquadramento exposto, propõe-se a admissão da petição.
2. Admitida a petição, e uma vez que esta se encontra subscrita apenas por 1 peticionário:
 - 2.1. Não é obrigatória a nomeação de deputado relator (n.º 5 do artigo 17.º da LEDP);
 - 2.2. Caso não seja nomeado deputado relator, o processo de apreciação da petição fica concluído com a aprovação da nota de admissibilidade (n.º 13 do artigo 17.º da LEDP, na redação dada pela [Lei n.º 63/2020, de 29 de outubro](#)).
 - 2.3. Não é obrigatória a sua apreciação em Plenário ou em debate na Comissão (alínea a), do n.º 1 do artigo 24.º e n.º 1 do artigo 24.º-A da LEDP), nem a publicação no Diário da Assembleia da República (alínea a), do n.º 1 do artigo 26.º da LEDP);
 - 2.4. Não é obrigatória a audição dos peticionários perante a Comissão (n.º 1 do artigo 21.º da LEDP);
3. Sugere-se ainda que, como providência julgada adequada, a Comissão pondere a remessa de cópia da petição e desta nota de admissibilidade aos Grupos Parlamentares e ao Governo (Ministro da Educação), para tomada das medidas que entenderem pertinentes, nos termos do artigo 19.º da LEDP.

IV. Conclusão

1. A petição é de admitir.
2. Dado que tem apenas 1 subscritor, não é obrigatória a nomeação de deputado relator e se não for nomeado, o processo de apreciação da petição fica concluído com a aprovação da nota de admissibilidade.
3. Sugere-se ainda que a petição e a nota de admissibilidade sejam enviadas aos Grupos Parlamentares e ao Governo (Ministro da Educação), para tomada das medidas que entenderem pertinentes.

Palácio de S. Bento, 03 de maio de 2021

A assessora da Comissão

(Teresa Fernandes)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 71/XIV/ 2.ª SL

04.mai.2021

Aos quatro dias do mês de maio de 2021, pelas 15:30 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, na sala 05 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Audição do Movimento Nacional de Estudantes de Doutoramento, a requerimento do BE, sobre a carta aberta dos representantes dos estudantes de doutoramento de instituições de ensino superior portuguesas

3. Audiência à Associação Nacional de Pais em Ensino Doméstico, para debaterem questões sobre o regime desta modalidade de ensino

4. Aprovação de atas

- 27 de abril de 2021

5. Comunicações do Presidente

a. Baixa de iniciativas

i. Projetos de Resolução

- [Projeto de Resolução n.º 1049/XIV/2.ª \(CH\)](#) – *Pela isenção do pagamento de refeição aos alunos enquadrados no escalão B da ação social escolar*

b. [COM\(2021\)187](#) - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU em conformidade com o artigo 294.º, n.º 6, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia relativa à posição do Conselho sobre a adoção do Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o «Erasmus+», o programa da União para o ensino, a formação, a juventude e o desporto, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1288/2013

c. Relatório de audição

- **Da Câmara Municipal de Torres Vedras e dos Agrupamentos de Escolas Madeira Torres e São Gonçalo, pelo Grupo de Trabalho - Educação Inclusiva**

d. Café de Ciência



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 71/XIV/ 2.ª SL

e. Sessões Nacionais do Parlamento dos Jovens

f. Audição do Ministro da Educação, por requerimento do PCP, sobre a situação dos trabalhadores da Escola Pública e a preparação do próximo ano letivo

g. Audição pública das instituições de ensino superior sobre educação inclusiva – GT Educação Inclusiva

6. Discussão e votação na especialidade de Projetos de Resolução

- Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1114/XIV/2.ª \(BE\)](#) – Pela realização de concursos que preencham as necessidades das escolas e não excluam professores
- Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1122/XIV/2.ª \(PSD\)](#) - Pela realização de um concurso de professores que melhor responda às necessidades de pessoal docente nas escolas

7. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1056/XIV/2.ª \(Cristina Rodrigues \(Ninsc\)\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à revisão dos conteúdos da educação sexual nas escolas garantindo a promoção da igualdade de género

8. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1088/XIV/2.ª \[Joacine Katar Moreira \(Ninsc\)\]](#) – Por uma Educação para a Sexualidade e para os Afetos cujos conteúdos reforcem a promoção da igualdade de Género nas Escolas, a luta contra a Violência de Género e os estereótipos e uma carga horária que reflita a sua importância educativa

9. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1229/XIV/2.ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo que promova a educação para a sexualidade nas escolas.

10. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1233/XIV/2.ª \(PCP\)](#) - Pela efetiva implementação da Educação Sexual transversal e interdisciplinar em meio escolar.

11. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1202/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – Recomenda a aplicação de medidas de apoio aos trabalhadores do Sistema Científico e Tecnológico Nacional



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 71/XIV/ 2.ª SL

12. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1017/XIV/2.ª \(PSD\)](#) – Pela inclusão do desporto no acesso aos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência e do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027

13. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1184/XIV/2.ª \(BE\)](#) – Recomenda ao Governo um investimento robusto na educação no âmbito de um plano de recuperação de aprendizagens e do desenvolvimento pessoal e social dos alunos

14. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1193/XIV/2.ª \(IL\)](#) – Pela retoma de todas as modalidades desportivas e abertura ao público de estádios, pavilhões e demais recintos desportivos durante o mês de Abril

15. Discussão e votação de Projetos de Voto

- [Projeto de voto n.º 538/XIV/2.ª](#), do CDS-PP, de Saudação pelo sexto título de Campeã da Europa conquistado pela judoca Telma Monteiro
- [Projeto de voto n.º 539/XIV/2.ª](#), do CH, de Congratulação pelo sexto título de campeã europeia da judoca Telma Monteiro
- [Projeto de voto n.º 552/XIV/2.ª](#), do PS, de Congratulação pelos resultados nacionais no Campeonato Europeu de Judo

16. Fixação de redação final do [Projeto de Resolução 1107/XIV/2ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que permita que os exames nacionais realizados no presente ano letivo tenham efeito de melhoria da classificação final

17. Apreciação e votação de relatório final de petição

17.1. [Petição n.º 216/XIV/2.ª](#) – Pelo fim das vagas no acesso ao 5.º e 7.º escalão da carreira docente

18. Apreciação e votação de nota de admissibilidade de petição

18.1. [Petição n.º 232/XIV/2.ª](#) – COVID-19 - Aumento do apoio escolar para o ensino básico nas disciplinas de Português e Matemática

19. Outros assuntos

Data das próximas reuniões



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 71/XIV/ 2.ª SL

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Deputada Joana Mortágua (BE) pediu o adiamento do ponto 11.

O Deputado Tiago Estevão Martins (PS) pediu o adiamento do ponto 12.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) pediu o adiamento do ponto 13.

O Presidente da Comissão propôs que o ponto 16 fosse adiado para a reunião seguinte, para a redação final do [Projeto de resolução 1107/XIV/2ª \(PAN\)](#) - *Recomenda ao Governo que permita que os exames nacionais realizados no presente ano letivo tenham efeito de melhoria da classificação final* – ser apreciada conjuntamente com a do [Projeto de resolução n.º 968/XIV/2.ª \(PEV\)](#) - *Sobre a reconsideração dos exames nacionais, tendo em conta as desigualdades reveladas pelo ensino à distância* e do [Projeto de resolução n.º 1109/XIV/2.ª \(IL\)](#) - *Pelo direito dos estudantes realizarem exames nacionais para melhoria da classificação interna e se equacionar a aprovação e publicação de uma única Resolução, na sequência dos 3 projetos de resolução.*

A Ordem do Dia, com as alterações referidas, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD e BE, registando-se a ausência dos Deputados do PCP, CDS-PP, PAN, PEV e da IL.

2. Audição do Movimento Nacional de Estudantes de Doutoramento, a requerimento do BE, sobre a carta aberta dos representantes dos estudantes de doutoramento de instituições de ensino superior portuguesas

O Presidente da Comissão deu as boas vindas ao representante do Movimento, Luís Coimbra (ouvido em videoconferência) e lembrou a grelha de tempos da audição.

O Deputado Luís Monteiro (BE, Grupo Parlamentar que requereu a audição) referiu que os representantes de estudantes de dezenas de programas doutorais de várias instituições endereçaram uma carta ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior onde descrevem as dificuldades enfrentadas no contexto da crise pandémica e reivindicam várias medidas, particularmente a prorrogação das bolsas, questão que já tinha sido colocada em 2020, tendo naquele ano sido autorizada uma prorrogação geral. Realçou a dificuldade de os bolseiros cumprirem os resultados fixados no prazo estabelecido, pelo fecho de laboratórios, bibliotecas, etc, enfatizou que milhares não puderam concluir os trabalhos de doutoramento e indicou que o Ministro, na audição de dezembro de 2020, tinha informado que a prorrogação das bolsas em 2021 era um não assunto,

O representante do Movimento referiu o seguinte, em síntese:

1. A pandemia exigiu muitos sacrifícios;

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 71/XIV/ 2.ª SL

2. Os laboratórios tiveram uma participação ativa na luta contra a pandemia e houve poucas hipóteses de realizar outros trabalhos, nomeadamente permitindo o prosseguimento dos trabalhos de doutoramento nos mesmos;
3. Participaram nos testes de rastreio, nas vacinas, etc;
4. Em 2020 houve uma prorrogação dos prazos de doutoramento por 2 meses e este ano o confinamento ainda foi mais longo;
5. Propõem a prorrogação das bolsas por um período igual ao do confinamento geral, a extensão do prazo com as mesmas condições, isenção de propinas e que o tempo da pandemia não seja contabilizado nos 3 anos para apresentação do trabalho final pelos bolseiros (sem custos);
6. Pedem que os trabalhos não sejam interrompidos e que lhes sejam dados apoios para os concluírem.

Intervieram depois os Deputados Bruno Aragão (PS), Alexandre Poço (PSD) e novamente o Deputado Luís Monteiro (BE), pronunciando-se sobre a matéria e questionando que apoios tiveram, quantos estudantes são abrangidos e se já houve resposta do Ministro ou abertura para qualquer acordo.

O representante do Movimento referiu depois o seguinte, em síntese:

1. Cerca de 20% a 30% dos doutorandos têm bolsas, sendo os não bolseiros em maior número;
2. Os vários estudantes internacionais têm situações diferentes, estando alguns retidos no seu país de origem;
3. Alguns doutorandos suspenderem o doutoramento;
4. O apoio psicológico disponibilizado é diferente consoante a instituição;
5. Pedem mais apoio psicopedagógico;
6. Muitos alunos conseguiram adaptar os seus planos de trabalho, mas outros desistiram dos trabalhos;
7. Pedem que a adaptação dos trabalhos não ponha em causa o seu financiamento;
8. Os doutorandos precisam de mais tempo e que haja uma decisão rápida;
9. A carta que enviaram ao Ministro ainda não foi respondida.

A audição foi gravada em suporte áudio, disponível na [página da Comissão](#), o qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

3. Audiência à Associação Nacional de Pais em Ensino Doméstico, para debaterem questões sobre o regime desta modalidade de ensino

O Presidente da Comissão deu as boas vindas às representantes da Associação (identificadas na [página da Comissão](#) e ouvidas em videoconferência) e lembrou a grelha de tempos da audiência.

As representantes da Associação referiram o seguinte, em síntese:

1. Manifestam preocupações em relação às condições do ensino doméstico, cujo regime está previsto atualmente na [Portaria n.º 69/2019, de 26 de fevereiro](#), que suscita várias questões;

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 71/XIV/ 2.ª SL

2. A modalidade está prevista como uma réplica da escola, sem flexibilidade, que retirou direitos e não responde às famílias;
3. Pediram a fiscalização sucessiva da constitucionalidade da portaria;
4. O Governo não ouve o setor;
5. No âmbito da [Proposta de Lei n.º 82/XIV/2.ª \(GOV\)](#), que autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico do ensino individual e do ensino doméstico, não foi feito o balanço da portaria;
6. Entendem que a exigência de que o responsável educativo possua licenciatura não é adequada;
7. O número de alunos do ensino doméstico aumentou no confinamento;
8. Esta modalidade é muito diferente do ensino à distância;
9. A sujeição a matrícula na escola da área de residência também confere desigualdade;
10. O projeto de decreto-lei anexo à referida proposta de lei mantém o regime da portaria, de que discordam;
11. Solicitam que o Governo os ouça sobre a matéria.

Intervieram depois as Deputadas Carla Sousa (PS), Gabriela Fonseca (PSD), Alexandra Vieira (BE) e Bebiana Cunha, pronunciando-se sobre a matéria e colocando várias questões.

As representantes da Associação referiram depois o seguinte, em síntese:

1. Não se opõem à regulação do ensino doméstico;
2. Havia anteriormente regras em relação às habilitações, exigindo-se que o responsável educativo tivesse um grau académico acima do nível de ensino do aluno;
3. Há sempre obrigatoriedade de cumprimento do currículo nacional e com intervenção do Ministério da Educação;
4. Os alunos fazem exames a todas as disciplinas e com uma avaliação rigorosa;
5. Estão disponíveis para participarem na regulação da matéria, com a participação do Conselho das Escolas e de outras entidades do setor e sempre quiseram colaborar na mesma;
6. Foram auscultados no âmbito da elaboração da portaria, mas nada do que propuseram foi levado em conta;
7. Neste momento as famílias são contactadas frequentemente pelas escolas, com o pedido de irem às mesmas;
8. Discordam da exigência de licenciatura do responsável educativo;
9. As crianças em ensino doméstico não estão fechadas em casa, sem socialização;
10. Não têm apoios a nível de ação social, nomeadamente em termos de manuais escolares;
11. O ensino doméstico é feito em família, com os pais e os irmãos, todos facilitadores da aprendizagem das crianças;
12. Não há estudos sobre o ensino doméstico, nomeadamente sobre os resultados escolares obtidos.

A audição foi gravada em suporte áudio, disponível na [página da Comissão](#), o qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

4. Aprovação de atas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 71/XIV/ 2.ª SL

A ata de 27 de abril de 2021, com uma alteração proposta pelo Deputado Tiago Estevão Martins (PS), foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD e BE, registando-se a ausência dos Deputados do PCP, CDS-PP, PAN, PEV e da IL.

5. Comunicações do Presidente

a. Baixa de iniciativas

i. Projetos de Resolução

O Presidente da Comissão informou que o Deputado André Ventura (CH) tinha solicitado que a discussão do [Projeto de Resolução n.º 1049/XIV/2.ª \(CH\)](#) – *Pela isenção do pagamento de refeição aos alunos enquadrados no escalão B da ação social escolar*, fosse feita no Plenário, pelo que seria feita a respetiva comunicação à Mesa do mesmo.

- b. **Iniciativa europeia** [COM\(2021\)187](#) - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU em conformidade com o artigo 294.º, n.º 6, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia relativa à posição do Conselho sobre a adoção do Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o «Erasmus+», o programa da União para o ensino, a formação, a juventude e o desporto, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1288/2013

Na sequência duma proposta do Deputado António Cunha (PSD), a Comissão consensualizou não proceder ao escrutínio da iniciativa europeia em causa, que se trata duma comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e que tinha sido remetida pela Comissão de Assuntos Europeus para conhecimento.

c. Relatório de audição

O relatório da audição da Câmara Municipal de Torres Vedras e dos Agrupamentos de Escolas Madeira Torres e São Gonçalo, pelo Grupo de Trabalho - Educação Inclusiva, foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD e BE, registando-se a ausência dos Deputados do PCP, CDS-PP, PAN, PEV e da IL.

d. Café de Ciência

O Presidente da Comissão lembrou que o Café de Ciência, sobre o tema «O que aprendemos, mas ainda não sabemos, sobre as doenças zoonóticas», teria lugar no dia 5/5/2021, às 18h, por videoconferência, participando da Sala do Senado a Vice-Presidente da AR Edite Estrela, o Presidente da Comissão e os Deputados que o entendessem. Perguntou depois quais os Deputados que iriam participar, tendo o PSD indicado o Deputado António Cunha (PSD) e a Deputada Mariana Silva (PEV) informado que não poderia participar, devido a outros compromissos.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 71/XIV/ 2.ª SL

e. Sessões Nacionais do Parlamento dos Jovens

O Presidente recordou que a sessão nacional do ensino secundário terá lugar no dia 25/05/2021, subordinada ao tema Violência doméstica e no namoro: como garantir o respeito e a igualdade? e a do ensino básico em 15/06/2021, sobre o tema Violência doméstica e no namoro: da sensibilização à ação!, ambas às 10h, por videoconferência e solicitou depois indicação dos Deputados de cada Grupo Parlamentar e da IL que vão participar no período de perguntas aos Deputados da AR, para responderem às mesmas.

O Deputado Tiago Estevão Martins (PS) propôs que se pedisse a pronúncia do Grupo de Trabalho – Parlamento dos Jovens, tendo havido acordo dos restantes Deputados.

f. Audição do Ministro da Educação, por requerimento do PCP, sobre a situação dos trabalhadores da Escola Pública e a preparação do próximo ano letivo

Tendo o Ministro da Educação proposto que a audição tenha lugar no dia 26/5 (4.ª feira), após o Plenário, a Comissão concordou.

g. Audição pública das instituições de ensino superior sobre educação inclusiva – GT Educação Inclusiva

O programa da audição pública da iniciativa do GT Educação Inclusiva, sob o tema «Os desafios da educação inclusiva no ensino superior», a realizar no dia 12/5/2021, às 10h00, por videoconferência, foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD e BE, registando-se a ausência dos Deputados do PCP, CDS-PP, PAN, PEV e da IL.

6. Discussão e votação na especialidade de Projetos de Resolução

- Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1114/XIV/2.ª \(BE\)](#) – Pela realização de concursos que preencham as necessidades das escolas e não excluam professores
- Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1122/XIV/2.ª \(PSD\)](#) - Pela realização de um concurso de professores que melhor responda às necessidades de pessoal docente nas escolas

Os Deputados do BE e do PSD (autores dos Projetos de Resolução) apresentaram uma proposta de texto conjunto, para votação na especialidade, que foi aprovada com os votos a favor dos Deputados do PSD, do BE, do PCP e do CDS-PP e os votos contra do PS, registando-se a ausência dos Deputados do PAN, PEV e IL.

O relatório de votação e o texto final estão disponíveis nas iniciativas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 71/XIV/ 2.ª SL

7. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1056/XIV/2.ª \(Cristina Rodrigues \(Ninsc\)\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à revisão dos conteúdos da educação sexual nas escolas garantindo a promoção da igualdade de género
8. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1088/XIV/2.ª \[Joacine Katar Moreira \(Ninsc\)\]](#) – Por uma Educação para a Sexualidade e para os Afetos cujos conteúdos reforcem a promoção da Igualdade de Género nas Escolas, a luta contra a Violência de Género e os estereótipos e uma carga horária que reflita a sua importância educativa
9. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1229/XIV/2.ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo que promova a educação para a sexualidade nas escolas.
10. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1233/XIV/2.ª \(PCP\)](#) - Pela efetiva implementação da Educação Sexual transversal e interdisciplinar em meio escolar.

Os Projetos de Resolução n.ºs 1056, 1088, 1229 e 1233 (pontos 7 a 10) foram discutidos conjuntamente, encontrando-se as respetivas informação e gravação disponíveis nos mesmos.

11. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1202/XIV/2.ª \(PCP\)](#) – Recomenda a aplicação de medidas de apoio aos trabalhadores do Sistema Científico e Tecnológico Nacional

Adiado a pedido do BE.

12. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1017/XIV/2.ª \(PSD\)](#) – Pela inclusão do desporto no acesso aos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência e do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027

Adiado a pedido do PS.

13. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1184/XIV/2.ª \(BE\)](#) – Recomenda ao Governo um investimento robusto na educação no âmbito de um plano de recuperação de aprendizagens e do desenvolvimento pessoal e social dos alunos

Adiado a pedido do CDS-PP.

14. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 1193/XIV/2.ª \(IL\)](#) – Pela retoma de todas as modalidades desportivas e abertura ao público de estádios, pavilhões e demais recintos desportivos durante o mês de Abril

Adiado, dado que o Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) não se encontrava presente.

15. Discussão e votação de Projetos de Voto

- [Projeto de voto n.º 538/XIV/2.ª](#), do CDS-PP, de Saudação pelo sexto título de Campeã da Europa conquistado pela judoca Telma Monteiro

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 71/XIV/ 2.ª SL

- [Projeto de voto n.º 539/XIV/2.ª](#), do CH, de Congratulação pelo sexto título de campeã europeia da judoca Telma Monteiro
- [Projeto de voto n.º 552/XIV/2.ª](#), do PS, de Congratulação pelos resultados nacionais no Campeonato Europeu de Judo

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) remeteu um texto de voto conjunto com o do Deputado André Ventura (CH), tendo o Deputado Tiago Estevão Martins (PS) concordado e pedido que fosse incluída igualmente a referência aos restantes atletas e à Federação (constantes do projeto de voto do PS) e ajustado o título, para ser um único voto.

O Presidente equacionou a hipótese de se adotar um voto da Comissão, com o texto proposto pelos autores, retirando estes os respetivos votos e que o mesmo fosse remetido para leitura e votação no Plenário, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, BE, PCP e CDS-PP, registando-se a ausência dos Deputados do PAN, PEV e da IL. O Deputado Tiago Estevão Martins (PS) referiu ainda que caso seja endereçado convite aos atletas para estarem presentes, deverão incluir-se todos os atletas e a Federação.

16. Fixação de redação final do [Projeto de Resolução 1107/XIV/2ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que permita que os exames nacionais realizados no presente ano letivo tenham efeito de melhoria da classificação final

Adiado por proposta do Presidente da Comissão (ver ponto 1.).

17. Apreciação e votação de relatório final de petição

17.1. [Petição n.º 216/XIV/2.ª](#) – Pelo fim das vagas no acesso ao 5.º e 7.º escalão da carreira docente

O relatório final da petição (petição com 14.781 subscritores) foi apresentado pela relatora, Deputada Maria Joaquina Matos (PS) e depois aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD, BE, PCP e CDS-PP, registando-se a ausência dos Deputados do PAN, PEV e da IL.

18. Apreciação e votação de nota de admissibilidade de petição

18.1. [Petição n.º 232/XIV/2.ª](#) – COVID-19 - Aumento do apoio escolar para o ensino básico nas disciplinas de Português e Matemática

Apreciada a nota de admissibilidade da petição, com 1 subscritor, foi deliberado admitir a petição, não nomear Deputado relator, enviar cópia da petição e da referida nota aos Grupos Parlamentares e ao Governo (Ministro da Educação), para tomada das medidas que entenderem pertinentes e considerar o processo de apreciação da petição concluído, ao abrigo do disposto no n.º 13 do artigo 17.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, [Lei de Exercício do Direito de Petição](#).

A deliberação foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD, do BE, do PCP e do CDS-PP, encontrando-se ausentes os Deputados do PAN, do PEV e da IL.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 71/XIV/ 2.ª SL

19. Outros assuntos

O Deputado Tiago Estevão Martins (PS) questionou se a data de 7/5/2021 para a audição conjunta de especialistas, por requerimento do PSD, era uma proposta ou um facto consumado, sendo que ao email em que se propunha essa data só respondeu afirmativamente o PSD, tendo o CDS-PP indicado que não tinha objecção.

A Deputada Cláudia André (PSD) referiu que concordavam com o agendamento célere da audição.

A Deputada Joana Mortágua (BE) indicou que a marcação de uma audição fora do dia normal de reunião da Comissão torna difícil a presença de Deputados de todos os Grupos Parlamentares e que teriam dificuldade em assegurarem a presença na audição.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) transmitiu que as reuniões adicionais numa semana só devem ser realizadas com o consenso dos vários Grupos Parlamentares e que o PCP não tem disponibilidade para estar presente. Após o debate, referiu que se houver acordo dos restantes Grupos Parlamentares, não obstaculizará a realização da audição.

O Presidente da Comissão informou que a audição tinha sido aprovada no início de abril e após várias diligências, a data tinha sido marcada em função da disponibilidade do representante da OCDE, para um dia que a Conferência de Líderes tinha fixado como estando destinado a reuniões das Comissões, tendo depois sido contactadas as restantes 4 entidades, que estavam todas confirmadas.

Não se tendo registado mais intervenções, a audição terá lugar no dia 7/5/2021.

Data das próximas reuniões

- **05 de maio de 2021 – 18h00**
 - ✓ **Café de Ciência – Tema:** «O que aprendemos, mas ainda não sabemos, sobre as doenças zoonóticas»

- **07 de maio de 2021 – 10h00**
 - ✓ **Audição conjunta de especialistas sobre a recuperação das aprendizagens, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD**

- **11 de maio de 2021 – 15h30**
 - ✓ **Audição de peticionários da [Petição n.º 223/XIV/2.ª](#) – Inclusão dos 0-3 anos no sistema educativo - Alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 71/XIV/ 2.ª SL

- ✓ **Subscritores: 13.721**
- ✓ **Deputado relator: Cláudia André (PSD)**

- **12 de maio de 2021 – 10h00**
 - ✓ **Audição pública das instituições de ensino superior sobre educação inclusiva – GT Educação Inclusiva**
 - ✓ **Tema: Os desafios da educação inclusiva no ensino superior**

A reunião foi encerrada às 19:48 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 04 de maio de 2021

O PRESIDENTE

(FIRMINO MARQUES)

Nota: — A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 11 de maio de 2021.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 71/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Tavares De Moura (PS)
Carla Sousa (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Lúcia Araújo Silva (PS)
Maria Begonha (PS)
Maria Da Graça Reis (PS)
Maria Joaquina Matos (PS)
Martina Jesus (PS)
Porfírio Silva (PS)
Tiago Estevão Martins (PS)
Alexandre Poço (PSD)
António Cunha (PSD)
Carla Madureira (PSD)
Cláudia André (PSD)
Firmino Marques (PSD)
Ilídia Quadrado (PSD)
Luís Leite Ramos (PSD)
Maria Gabriela Fonseca (PSD)
Joana Mortágua (BE)
Luís Monteiro (BE)
Ana Mesquita (PCP)
Ana Rita Bessa (CDS-PP)
Bebiana Cunha (PAN)
Mariana Silva (PEV)
Bruno Aragão (PS)
Miguel Matos (PS)
Palmira Maciel (PS)
Sílvia Torres (PS)
Emídio Guerreiro (PSD)
Isabel Lopes (PSD)
Margarida Balseiro Lopes (PSD)
Maria Germana Rocha (PSD)
Pedro Alves (PSD)
Alexandra Vieira (BE)
Alma Rivera (PCP)
Cristina Rodrigues (NINSC)
Jocine Katar Moreira (NINSC)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Cotrim De Figueiredo (IL)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:
